

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : O Liberal

CLASS. : 218

DATA : 28.8.83

**Lucio Flavio Pinto**

**Uma alternativa**

Serra Pelada é atualmente a principal unidade de produção da Amazônia: as 25 toneladas de ouro que já remeteu para os cofres do Banco Central, em Brasília, nos seus quase três anos e meio de atividade, representam hoje mais de 350 bilhões de cruzeiros. As maiores empresas da região deverão faturar, neste ano, entre 30 e 40 bilhões de cruzeiros cada uma delas — e mesmo assim porque vendem grande parte de seu produto em dólar, que permite ganhos maiores na conversão para a moeda nacional. Como a Jari e a Mineração Rio do Norte, por exemplo, que representam investimentos de mais de um milhão e de 450 milhões de dólares, respectivamente. E são poucas em todo o território amazônico.

Pelo ouro, que hoje vale 350 bilhões de cruzeiros, o Governo Federal pagou aos garimpeiros de Serra Pelada 97,8 bilhões até agora. Só neste ano, até o dia 23, foram pagos 68,6 bilhões. Nos 23 dias de agosto o faturamento atingiu 21,3 bilhões. Há, assim, uma evolução geométrica que estimula o apetite dos garimpeiros: nunca circulou tanto dinheiro em uma parcela tão pequena do território paraense como em Serra Pelada.

Admitindo-se, apenas para efeito de raciocínio, que os 97,8 bilhões de cruzeiros de receita acumulada (e não corrigida monetariamente) fossem divididos de forma equânime entre os 40 mil garimpeiros que trabalharam em Serra Pelada nos momentos de pique, daria para cada um deles o rendimento médio de 2,9 milhões, 108 mil por mês e 3,6 mil por dia aproximadamente. Todo esse cálculo é feito a preços históricos, não considerando a inflação corrosiva ao longo dos três anos. Na realidade, os valores poderiam ser até triplicados para adquirirem sua expressão real.

Aplicando as estatísticas disponíveis sobre a repartição da renda em Serra Pelada, o que aconteceu na verdade é que 77 bilhões dos 97 bilhões de cruzeiros faturados foram parar nas mãos de menos de dois mil dos 40 mil garimpeiros considerados. Os restantes 20 bilhões teriam sido repartidos teoricamente entre os 38 mil. Mas poucos, ao fim da lavra, terão voltado para suas casas (se realmente voltarem) com dinheiro. Tudo o que receberam será gasto na manutenção e sobrevivência no garimpo, que deixarão marcados por diversas seqüelas.

Pode-se argumentar, em favor do garimpo, que sua substituição pela extração mecanizada resultaria numa concentração ainda maior de renda: de um lado haveria, o contingente de assalariados, ganhando segundo padrões salariais nunca comparáveis aos ganhos do garimpo, e do outro lado um reduzido número de técnicos, com salários mais expressivos. O lucro, que na mineração do ouro é elevado em comparação com o capital aplicado, seria apropriado pela empresa. No garimpo pelo menos são dois mil os cotistas majoritários, enquanto na corporação, se não for apenas um, o número não vai além dos dedos das mãos.

É um raciocínio poderoso dentro da lei de selva que regula o mercado. A empresa poderia defender-se alegando que paga todos os impostos, recolhe os benefícios sociais, dá aproveitamento tacional ao minério, reduzindo a margem de desperdício que na garimpagem é muito grande, e estabelecendo uma atividade regular. Para o governo, que está acumulando o ouro para lastrear reservas monetárias exauridas, pode haver vantagem na substituição da lavra predatória pela extração tecnicamente mais avançada. Os garimpeiros, contudo, podem considerar-se partícipes de uma atividade socialmente mais expressiva.

Há, porém, maneiras de organizar uma forma nova de exploração e relações menos desgastantes de trabalho. Se Serra Pelada manteve-se como cidadela heroica às investidas contrárias devido a suas finalidades sociais, o governo deveria considerar com seriedade o que não tem passado de retórica ilusória para sofismar interesses pessoais.

Assim, o que leva à extrema concentração de rendimentos no garimpo é a incapacidade do verdadeiro garimpeiro de suportar os custos de manutenção e extração: sem competência ou sorte para encontrar ouro, ele acaba entregando-se ao "capitalista" como "meia-praça" ou "formiga". Transforma-se em "testa-de-ferro" numa "cata" que não lhe pertence. Mas o governo poderia financiá-lo, em condições que não representassem a ressurreição do aviamento: mercadorias e equipamentos seriam vendidos por preço de custo.

Para que esse financiamento não resultasse em completo malogro, o governo faria uma seleção mais rigorosa dos garimpeiros com acesso assegurado. Instituiria também uma taxa sobre as vendas de ouro. Com o dinheiro formaria um fundo de liquidez para cobrir os casos de insolvência ou inadimplência. O funcionamento do garimpo estaria subordinado aos imperativos técnicos: nada de inchar a quantidade de garimpeiros, nem submetê-los ao risco de morte quando a interdição é necessária. Falsos garimpeiros, que só entram nas "catas" para fiscalizar e vivem fora do garimpo, seriam afastados.

Formulada assim, resumidamente, pode parecer uma proposta utópica. Mas a utopia é, freqüentemente, apenas a antecipação do real — bloqueada pelos que defendem não a realidade e sim o "status quo" que os favorece.